

Ulysses quer definido o fim da Constituinte

Deputados desejam atividade normal para o Congresso

O funcionamento normal da Câmara e do Senado durante os trabalhos da Constituinte foi defendido ontem pelos deputados peemedebistas Roberto Cardoso Alves (ex-secretário-geral do partido), Walber Guimarães e Dasso Coimbra. Os três entendem que, principalmente diante da crise que o país vive, é inconcebível que o Parlamento interrompa suas atividades ordinárias.



Cardoso Alves não vê prejuízo

«Não tanto pela função legisladora, mas a Câmara e o Senado devem funcionar quando menos para cumprir as funções de representação e de fiscalização dos atos do governo» — declarou Cardoso Alves, observando que as duas Casas do Congresso podem desempenhar suas atividades normais diariamente, sem prejuízo dos trabalhos da Constituinte.

O deputado paulista prevê que a Constituinte concluirá seus trabalhos somente no próximo ano, mas ressalva que a demora da elaboração da nova Constituição decorrerá não do funcionamento simultâneo do Congresso, mas da «perda de tempo com a discussão de temas secundários ou de questões que deveriam ser tratadas na legislação ordinária».

Walber Guimarães também acredita que o papel Constituinte do novo Congresso levará muito tempo para ser concluído, «porque são muitas as questões polêmicas que devem ser incluídas na nova Constituição». Ele considera «inaceitável» que o Congresso paralise suas atividades, salientando que «a oposição seria a mais prejudicada por essa paralisação».

Inexperiência

«Que experiência tem esse garoto para se manifestar sobre isso»? Com essas palavras, o deputado fluminense Dasso Coimbra reagiu às declarações feitas em Belo Horizonte pelo novo deputado federal Aécio Neves, preconizando a suspensão dos trabalhos do Senado e da Câmara durante sete meses.

«Ele foi eleito com 260 mil votos, mas os votos foram dados ao avô (Tancredo Neves). Ele não tem experiência para sugerir uma coisa dessas», observou Dasso Coimbra.

Um dia depois da reunião da bancada do PMDB no Senado, o presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, defendeu ontem a fixação do prazo de funcionamento da Constituinte, estabelecendo-se uma data para o término dos trabalhos: sete de setembro ou 15 de novembro.

— Sem estabelecer prazos é muito arriscado — disse.

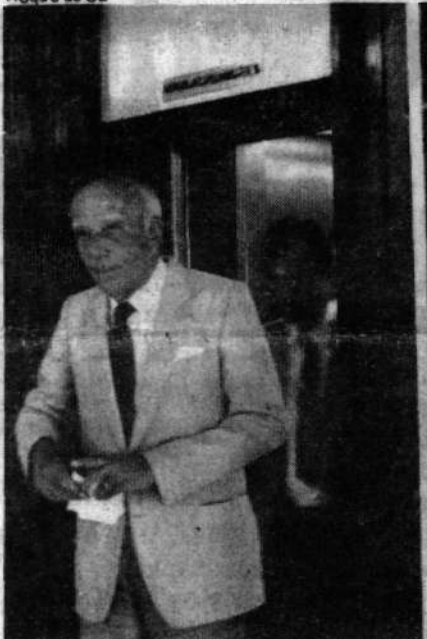
A expectativa de Ulysses é a de que no prazo máximo de 15 dias, após a instalação, seja aprovado o regimento interno da Constituinte. O que vai exigir negociação mais intensa, na opinião de Ulysses, é a definição do período de funcionamento da grande comissão, apresentação de emendas e tempo para os debates.

A grande comissão que vai elaborar o anteprojeto da nova Constituição será de 83 membros, como forma de acomodar representantes de todos os estados e todos os partidos. Terão de ser formados blocos de 15 parlamentares sob uma única liderança para atuar em conjunto.

Plebiscito

A Constituinte deve demorar no máximo de seis a oito meses para que, em seguida, a nova Constituição seja submetida a um plebiscito nacional que a referendará ou não. A proposta é do deputado João Gilberto (PMDB-RS), que já a enviou aos líderes do partido e ao presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães.

João Gilberto produziu sua sugestão com o apoio de professores da Universidade de Brasília e outros estudiosos. A proposta tem oito itens e é acompanhada de um documento suplementar que a explicita em maiores detalhes. Além da instalação no dia 1º de fevereiro, como já está constitucionalmente previsto, o deputado gaúcho sugere que nos dez ou quinze dias subsequentes hajam eleições internas, aprovação do Regimento Interno e que sejam



Para eleger Ulysses, PMDB fará ainda acordos com PDS e PTB

PMDB reparte poder com PFL na Câmara

O PMDB e o PFL fizeram um acordo, ontem, em torno da Mesa da Câmara: o PFL ficará com a 1ª Vice-Presidência e a 2ª Secretaria, e votará em plenário no deputado Ulysses Guimarães para a presidência. O acordo foi feito pela manhã em reunião dos líderes Pimenta da Veiga e José Lourenço.

Pimenta da Veiga pretendia dar apenas uma vaga efetiva ao PFL, conservando quatro para o PMDB e distribuindo as outras duas entre o PDS e o PDT. Diante da intenção do PDT em apoiar a candidatura do deputado Fernando Lyra, Pimenta cedeu sua vaga ao PFL.

Eleição de líder não tem acordo

«A escolha do líder do partido é de livre responsabilidade da bancada», afirmou ontem o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, negando ter havido acordo com o governador eleito de Minas Gerais, Newton Cardoso, para que o futuro líder do partido na Câmara seja um parlamentar mineiro. Foi o que Cardoso tinha anunciado em Belo Horizonte depois de ter conversado com Ulysses, mas não foi o que ocorreu, na realidade.

«O governador apresentou como pleito da bancada de seu estado que o líder seja de Minas, e eu disse que como a maior representação do PMDB na Câmara, com 35 deputados, a reivindicação podia ser feita, mas a escolha será da bancada. Não houve nenhum acordo prévio nem isso poderia acontecer», frisou Ulysses. O presidente do partido observou que já existem quatro deputados disputando o cargo de líder, e cada um tem o direito de pleitear sua indicação livremente». Acordo com Newton Cardoso não houve. A bancada mineira, como a maior da Câmara, pode indicar quem quiser, mas a decisão será da bancada repetiu Ulysses Guimarães.

O deputado Fernando Lyra, depois de encontrar-se com o governador eleito de Minas, Newton Cardoso afirmou que «a posição do governador foi bastante democrática» e que diante de sua exposição, Newton Cardoso lhe garantiu que não vai interferir na bancada mineira indicando o seu nome ou do deputado Ulysses Guimarães, para a presidência da Câmara. Segundo Lyra, a bancada mineira, além de ser a maior, é composta em sua maioria de deputados que irão cumprir a primeira legislatura, e mostra boas condições de entendi-

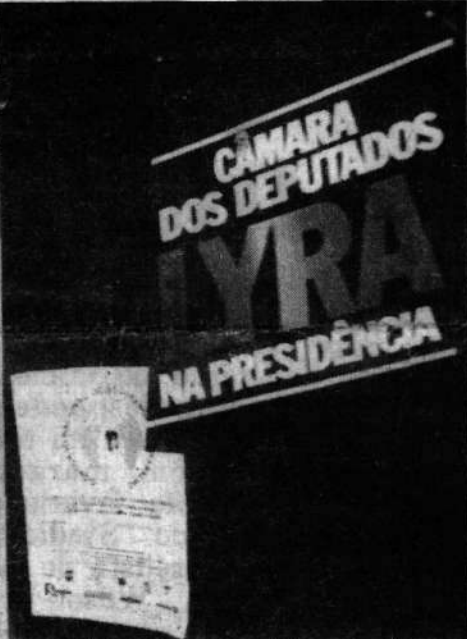
fixadas as decisões sobre o período de transição.

A grande Comissão que teria a tarefa de elaborar o anteprojeto de Constituição, «formada com regras que assegurem a representação proporcional das bancadas», encerraria os trabalhos trinta dias depois de convocada.

Em seguida, o anteprojeto seria submetido ao plenário que, em caso de rejeição, ordenaria a formação de uma nova Grande Comissão, para apresentar em 20 dias novo documento. Entretanto, caso o plenário aceite o projeto inicial, ele passa a ser discutido e durante trinta dias recebe as emendas individuais de cada constituinte.

Encerrado este prazo, a discussão em plenário termina. São formadas comissões por capítulo constitucional que dão seu parecer em sessenta dias. Neste prazo, poderão ser convocadas pessoas e entidades para se manifestarem sobre a matéria em debate. O resultado das comissões parciais é então, enviado ao plenário, onde o projeto é votado artigo por artigo, com as respectivas emendas e pareceres. A matéria aprovada volta a Grande Comissão que em dez dias lhe dá a redação final, que terá de ser votada em dois turnos pelos constituintes.

O parlamentar gaúcho alerta ainda que os constituintes terão como questões iniciais de fundamental importância, a solução rápida de algumas questões: a elaboração de um regimento interno; decisões com força constitucional para regerem o período de elaboração da Constituição; manutenção do governo e da Constituição vigente e decidir a polêmica que haverá quanto à validade dos votos dos senadores eleitos em 82. João Gilberto aconselha ainda que a Constituinte proteja-se, suspendendo a possibilidade de medidas de emergência, sem sua aprovação, no local onde esteja reunida.



PDT proporrá o fim do «entulho»

Belo Horizonte — A definição da duração do mandato do presidente José Sarney pela Assembleia Nacional Constituinte e a edição, logo após sua instalação, de atos constitucionais que eliminem o «entulho autoritário» contido na atual Constituição Brasileira, são algumas das propostas da bancada federal do PDT, segundo revelou, em entrevista nesta capital, o deputado eleito Brandão Monteiro (PDT-RJ).

Apontado como o «possível líder» do partido na Câmara Federal, por outros nove deputados eleitos, que se reuniram anteontem em Belo Horizonte, Brandão Monteiro disse que os pedetistas querem eliminar da Constituição os artigos 55 (que permite que o presidente da República governe por decretos-leis), o 155 (que estabelece medidas de emergência), o 158 (que permite a decretação de estado de emergência) e o 89, item 1, que, segundo Monteiro, «põe o país sob a tutela das Forças Armadas».

Brandão Monteiro disse que é «inequívoca a ilegitimidade» do mandato do presidente Sarney que, a partir de 1º de fevereiro, «será o único político bônico do país». Atribuindo a esta ilegitimidade a crise econômica e política que o Brasil atravessa, ele afirmou que o PDT quer que a Assembleia Constituinte defina soberanamente a duração do mandato do presidente.

— Isto poderá levar ao reconhecimento, pelos constituintes, do mandato do presidente Sarney ou, ainda, à convocação de eleições, depois da

promulgação da Carta Constitucional, disse Brandão Monteiro.

Comissões

Afirmou que o PDT proporrá ainda a criação de comissões para a discussão de cada tema específico, além de uma comissão coordenadora para ordenar os trabalhos. Disse que o partido não concorda com a proposta do PMDB de criar uma grande comissão para a elaboração do projeto da Constituição, «pois isto seria reeditar o regimento da Constituinte de 1946».

Segundo Brandão Monteiro, o PDT proporrá ainda que tanto os temas específicos mais polêmicos, quanto o projeto global da nova Constituição, sejam submetidos a referendo popular, antes da votação do texto final. A proposta do partido será de que o referendo se faça através da discussão dos temas, durante 60 dias, com políticos (Assembleias Legislativas e Câmaras) e com «setores organizados da sociedade», como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entre outros.

Ele afirmou que o PDT apresentará ainda uma proposta para o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte, que será redigida por comissão formada ontem e discutirá uma forma de apresentação das sugestões de eleitores aos constituintes, desde que estas idéias sejam de grupos de 60 mil eleitores e obtenham a adesão de 20 constituintes.

Sob retaliação, pefelistas não apoiam governo

— O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, anunciou ontem que levará à reunião da executiva nacional do partido com seus ministros, na próxima segunda-feira, a disposição da bancada na Câmara de condicionar o apoio ao governo a um melhor tratamento por parte dos ministros do PMDB.

A principal queixa dos deputados é a de que apesar de as eleições já terem passado, os ministros do PMDB continuam fazendo retaliações aos liberais.

— As urnas nos indicaram o caminho da oposição — afirmou Lourenço — mas nós ainda não rompemos a coligação com o PMDB para evitar uma crise política de sérias consequências, cuja dimensão é impossível de avaliar.

Na opinião de José Lourenço, o PMDB não tem unidade suficiente para garantir sozinho o apoio ao governo e ao presidente da República, José Sarney. O rompimento da Aliança Democrática, segundo o líder do PFL, «geraria uma enorme dificuldade política porque a crise econômica que vivemos tem desdobramentos no campo social e é geradora de fatos políticos».

